DOI 10.29327/235555.1.6-5
Sala 8 - Revista Internacional em Políticas, Currículo, Práticas e Gestão da Educação
Volume 1, Número 6, Ano: 2024 - ISSN: 2764-0337

Educação de Jovens e Adultos e a Meta 9 do PNE(2014-2024): grupos vulneráveis esquecidos no Brasil

Youth and Adult Education and PNE Goal 9 (2014-2024): forgotten vulnerable groups in Brazil

Educación de Jóvenes y Adultos y PNE Objetivo 9 (2014-2024): grupos vulnerables olvidados en Brasil

Lívia da Cruz[1]
Vanessa Colares de Bitencourt[2]
Flávia Wagner[3]

Artigo científico
Linha de pesquisa: Política, Planejamento e Gestão da Educação

Resumo

O Relatório do 4º Ciclo de Monitoramento do Plano Nacional de Educação revela que a Meta 9, que buscava eliminar o analfabetismo no Brasil até 2024, não será alcançada até o final da vigência do plano. Este estudo busca compreender como a revisão das estratégias educacionais para a Educação de Jovens e Adultos, focando em grupos vulneráveis como pessoas encarceradas e pessoas adultas mais velhas, pode contribuir para reduzir o analfabetismo, dado o insucesso previsto da Meta 9 do PNE (2014-2024). A pesquisa baseia-se em autores como Di Pierro e Haddad (2021) e Freire (2015). Utilizando uma metodologia qualitativa, realizou-se uma revisão bibliográfica nas bases BDTD, *Google Scholar* e Scielo. A análise documental sugere a necessidade de um planejamento aprimorado com medidas específicas direcionadas a esses grupos, representando um passo efetivo rumo à erradicação do analfabetismo no Brasil.

Palavras-chave: Plano Nacional de Educação. Meta 9. Educação de Jovens e Adultos.

Abstract

[1] Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, Doutoranda em Educação especialidade Formação de Adultos, livcruz@gmail.com
[2] Universidade do Sul de Santa Catarina, Mestranda em Educação, na linha de Educação, História e Política, vanessacolarespp@gmail.com
[3] Universidade do Sul de Santa Catarina, Doutora em Educação, flv.wagner@gmail.com

DOI 10.29327/235555.1.6-5

Sala 8 - Revista Internacional em Políticas, Currículo, Práticas e Gestão da Educação

Volume 1, Número 6, Ano: 2024 - ISSN: 2764-0337

The Report of the 4th Monitoring Cycle of the National Education Plan reveals that Goal 9, which aimed to eradicate illiteracy in Brazil by 2024, will not be achieved by the end of the plan's term. This study aims to understand how the revision of educational strategies for Youth and Adult Education, focusing on vulnerable groups such as incarcerated individuals and older adults, can contribute to reducing illiteracy, given the anticipated failure of Goal 9 of the PNE (2014-2024). The research is based on authors like Di Pierro and Haddad (2021) and Freire (2015). Using a qualitative methodology, a bibliographic review was conducted on the BDTD, *Google Scholar*, and Scielo databases. The documentary analysis suggests the need for an improved planning with specific measures targeting these groups, representing an effective step toward the eradication of illiteracy in Brazil.

Keywords: National Education Plan. Target 9. Youth and Adult Education.

Resumen

El Informe del 4º Ciclo de Monitoreo del Plan Nacional de Educación revela que la Meta 9, que buscaba erradicar el analfabetismo en Brasil para 2024, no se alcanzará al finalizar la vigencia del plan. Este estudio tiene como objetivo comprender cómo la revisión de las estrategias educativas para la Educación de Jóvenes y Adultos, centrándose en grupos vulnerables como personas encarceladas y adultos mayores, puede contribuir a la reducción del analfabetismo, dada la previsible falta de éxito de la Meta 9 del PNE (2014-2024). La investigación se basa en autores como Di Pierro y Haddad (2021) y Freire (2015). Utilizando una metodología cualitativa, se realizó una revisión bibliográfica en las bases de datos BDTD, *Google Scholar* y Scielo. El análisis documental sugiere la necesidad de una planificación mejorada con medidas específicas dirigidas a estos grupos, representando un paso efectivo hacia la erradicación del analfabetismo en Brasil.

Palabras clave: Plan Nacional de Educación. Meta 9. Educación de Jóvenes y Adultos.

1 Introdução

A Meta 9 do Plano Nacional de Educação (PNE) (BRASIL, 2022) constitui-se como uma estratégia importante no intuito de erradicar o analfabetismo no Brasil, procurando garantir um futuro onde todos os sujeitos com “15 anos ou mais de idade” (BRASIL, 2022, p. 215) tenham o acesso garantido à leitura e escrita. Este Plano é um reflexo da reconhecida importância da Educação de Jovens e Adultos (EJA) enquanto política pública central para a promoção da igualdade educacional e social no país.

No entanto, o Relatório do 4º Ciclo de Monitoramento das Metas do PNE (BRASIL, 2022) indica que a ambiciosa meta de erradicação do analfabetismo e redução das taxas de analfabetismo funcional no país, até o ano de 2024, não será alcançada, e o mesmo ocorre em relação a outras das 20 Metas estabelecidas (DI PIERRO, 2022; GORZIZA, 2023).

DOI 10.29327/235555.1.6-5
Sala 8 - Revista Internacional em Políticas, Currículo, Práticas e Gestão da Educação
Volume 1, Número 6, Ano: 2024 - ISSN: 2764-0337

O Relatório do 4º Ciclo de Monitoramento das Metas do PNE (BRASIL, 2022) é uma publicação que tem o compromisso de apresentar os dados resultantes do monitoramento do cumprimento das metas estabelecidas pelo PNE, o qual foi instituído pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 (BRASIL, 2022).

A publicação do Relatório de Monitoramento das Metas do PNE é de responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o qual já apresentou edições anteriores, sendo: "Relatório do 1º ciclo de monitoramento das metas do PNE: biênio 2014-2016; Relatório do 2º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação – 2018; e Relatório do 3º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação – 2020" (BRASIL, 2022, p. 9).

Instituições como o "Ministério da Educação (MEC); a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados; a Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal; o Conselho Nacional de Educação (CNE); e o Fórum Nacional de Educação (FNE)" (BRASIL, 2022, p. 9) foram designadas para a realização do monitoramento e supervisões regulares da efetivação do PNE.

Os dados apresentados no Relatório estão pautados no agrupamento de 56 indicadores relacionados as diferentes "etapas e modalidades da educação" nacional (BRASIL, 2022, p. 11), e que sustentam as informações dispostas nas 20 metas estabelecidas no PNE. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua (BRASIL, 2022) representam os principais fornecedores de informação.

De acordo com Di Pierro (2022), o trabalho realizado pelo Inep permite acompanhar com clareza os "progressos alcançados e [os] limites das políticas educacionais em curso" (p. 586), o que no cenário atual leva a compreensão de "que a maioria dos objetivos do PNE não será alcançada até o final do decênio. (DI PIERRO, 2022, p. 586)

No presente estudo vamos alargar o olhar sobre a Meta 9 do PNE, tendo como foco a diversidade de contextos que envolvem as pessoas com mais de 15 anos de idade, sendo aqui identificados como grupos vulneráveis: as pessoas adultas mais velhas e os indivíduos encarcerados no Brasil.

Esses grupos requerem a visibilidade na EJA com o desenvolvimento de programas educacionais personalizados e que atendam às necessidades específicas,

DOI 10.29327/235555.1.6-5
Sala 8 - Revista Internacional em Políticas, Currículo, Práticas e Gestão da Educação
Volume 1, Número 6, Ano: 2024 - ISSN: 2764-0337

o que pode representar um passo crucial para alcançar as Metas estabelecidas pelo PNE (BRASIL, 2022), promovendo uma inclusão educacional mais ampla e eficaz.

Dentro desse panorama, a atual pesquisa assume uma importância crítica, lançando luz sobre a necessidade de políticas públicas mais inclusivas e eficazes, apresentando o seguinte questionamento: Como a revisão das estratégias educacionais presentes na Educação de Jovens e Adultos (EJA), frente aos grupos vulneráveis (indivíduos encarcerados e pessoas adultas mais velhas), pode contribuir para a diminuição da taxa de analfabetismo no Brasil, considerando que a Meta 9 do Plano Nacional de Educação (PNE) não será alcançada até 2024?

Como orientação para responder ao problema disposto, foram estabelecidos os objetivos da pesquisa, sendo: (i) Analisar a Meta 9 do Relatório do 4º Ciclo de Monitoramento do Plano Nacional de Educação - 2022; (ii) Identificar publicações científicas atentas aos indivíduos encarcerados e as pessoas adultas mais velhas relacionadas a Educação de Jovens e Adultos; (iii) Avaliar, no âmbito da Educação de Jovens e Adultos, as consequências da falta de programas e ações voltadas especificamente para o atendimento às demandas do público prisional e das pessoas adultas mais velhas, no percentual de analfabetos no Brasil.

Para atingir esses objetivos, o artigo é constituído por fundamentação teórica, que apresenta uma breve análise da Meta 9 do PNE, reflexões sobre a relação da EJA com a população prisional, com a contextualização sobre a escolaridade dos indivíduos encarcerados e de como o investimento na EJA pode contribuir para a constituição de uma nova realidade frente a essa população. Em atenção a pessoa adulta mais velha, reflete sobre a longevidade da sociedade e como a oferta formativa da EJA atenta a essa população pode promover um novo sentido no histórico da formação educacional no país.

Na sequência apresentamos a metodologia, que descreve como decorreu a pesquisa, com foco na revisão sistemática da literatura, através de registros resgatados nas bases de dados BDTD, *Google Scholar e Scielo*. Assim, foi constituída a quarta parte do artigo com a análise e discussão dos dados, que foram pautados em atenção aos indivíduos encarcerados no Brasil e as pessoas adultas mais velhas. E por fim apresentamos as considerações finais e as referências.

2 Fundamentação teórica

DOI 10.29327/235555.1.6-5
Sala 8 - Revista Internacional em Políticas, Currículo, Práticas e Gestão da Educação
Volume 1, Número 6, Ano: 2024 - ISSN: 2764-0337

2.1 Meta 9 do PNE: uma breve análise

O Plano Nacional de Educação 2014/2024 estabelece 20 metas atentas ao cenário educacional no Brasil (MERLIN, 2023; DI PIERRO, 2022), a serem cumpridas até o ano de 2024. Dentre essas metas identificamos a Meta 9 que apresenta dois objetivos: “(i) erradicar o analfabetismo absoluto; e (ii) reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.” (BRASIL, 2022, p. 215).

Como indicadores presentes no Relatório do 4º Ciclo de Monitoramento do Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2022), que servem para monitorar o cumprimento dos objetivos, identificamos: “Indicador 9A: Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade. Indicador 9B: Taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais de idade.” (p. 215)

As taxas de alfabetização do país foram apresentadas considerando: as cinco regiões (norte, nordeste, centro-oeste, sul e sudeste), a localização de residência da população (rural ou urbano), cor/raça (branco ou negro), renda domiciliar per capita (mais ricos ou mais pobres), sexo (feminino ou masculino) (BRASIL, 2022).

Os dados apresentados indicam o não cumprimento dos objetivos traçados para a Meta 9. De acordo com os registros do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2022 a população do país era de 214.154 milhões (IBGE, 2023a), sendo 9.560 milhões de pessoas com 15 anos ou mais de idade identificadas como analfabetas (IBGE, 2023b). Assim se tem o registro de que 5,6% dessa população no Brasil, ainda não foi alfabetizada (BRASIL, 2022; GORZIZA, 2023).

Esses registros têm por referência a faixa etária dos sujeitos alfabetizados com 15 anos de idade ou mais, o que inicialmente sinaliza um cenário uniforme do perfil desses sujeitos. Mas é preciso considerarmos que existe uma diversidade de cenários aos quais essa população está associada, a exemplo dos indivíduos encarcerados ou das pessoas adultas mais velhas.

Seja pelas transições do desenvolvimento humano ou pelo ambiente que estão vinculados os grupos vulneráveis (indivíduos encarcerados e pessoas adultas mais velhas), a promoção da visibilidade e de um programa formativo na EJA adequado às suas especificidades, poderia contribuir para o cumprimento dos objetivos da Meta 9 do PNE 2014/2024.

2.2 A população prisional e a EJA

DOI 10.29327/235555.1.6-5
Sala 8 - Revista Internacional em Políticas, Currículo, Práticas e Gestão da Educação
Volume 1, Número 6, Ano: 2024 - ISSN: 2764-0337

De acordo com o levantamento realizado pelo Sistema de Informações Penitenciárias (DEPEN, 2022) no ano de 2022 o Brasil contava com uma população carcerária total de 832.295 pessoas. O mesmo levantamento considerou o grau de escolaridade de uma população prisional de 654.956 presos, onde mais da metade desse grupo, especificamente 56,33%, está composta por: pessoas analfabetas, alfabetizadas que não frequentaram cursos regulares, indivíduos que não concluíram o ensino fundamental ou apenas concluíram essa etapa da educação formal sem terem acesso ao ensino médio. Já as pessoas com ensino superior completo, representam apenas 0,8% do universo analisado.

Esses dados evidenciam a carência educacional presente no sistema prisional nacional e reforçam a importância em direcionar esforços para oferecer uma educação mais inclusiva e abrangente aos indivíduos que estão privados de liberdade. Mas também está ligada à exclusão social, onde a limitação das oportunidades educacionais e/ou laborais, pode contribuir para a manutenção do ciclo de marginalização e criminalização.

Nesse sentido, a EJA pode ser considerada uma política pública de reparação e compensação que busca corrigir desigualdades históricas (Di Pierro apud GUIMARÃES, 2022). Porém, apesar dos avanços consideráveis que foram feitos na última década, a EJA ainda enfrenta vários desafios no Brasil, como a falta de investimento adequado, a persistência de desigualdades sociais e educacionais e a necessidade de políticas públicas mais integradas. (DI PIERRO, 2005; HADDAD; DI PIERRO, 2021; GORZIZA, 2023; MATUOKA, 2023).

Segundo Haddad e Di Pierro (2021), é preciso que a EJA deixe de ser uma política educacional marginalizada e comece a ser considerada um componente essencial na luta por justiça social, na qual a população carcerária também esteja integrada.

2.2 A pessoa adulta mais velha na EJA

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (World Health Organization) (WHO), “em 2025, existirá um total de aproximadamente 1,2 bilhões de pessoas com mais de 60 anos. Até 2050 haverá dois bilhões, sendo 80% nos países em desenvolvimento.” (WHO, 2005, p. 8). No Brasil, são 32.392 milhões de pessoas com 60 anos de idade ou mais (IBGE, 2023a), o que representa 15,1% da população

DOI 10.29327/235555.1.6-5
Sala 8 - Revista Internacional em Políticas, Currículo, Práticas e Gestão da Educação
Volume 1, Número 6, Ano: 2024 - ISSN: 2764-0337

nacional, despertando a atenção para diferentes aspectos das relações sociais, como o cenário econômico, de segurança, cultura, formativo, educacional, dentre outros.

> O aumento da expectativa de vida, devido ao avanço da ciência, à melhoria das condições de vida e de acesso a cuidados de saúde, contribuiu para um incremento da população adulta mais velha, originando uma alteração demográfica muito significativa no âmbito mundial. (SILVA; CAVACO, 2023, p. 3)

A representatividade da pessoa adulta mais velha nos diferentes espaços tem contribuído para as reflexões sobre o processo de envelhecimento humano, onde as transições de ordem biológica, psíquica, cognitiva, física são vivenciadas gradualmente nas diferentes fases da vida (LIMA, 2010; DAWALIBI et al., 2013; SILVA; CAVACO, 2023), e refletem as escolhas ao longo da vida. Assim identificamos o processo formativo do sujeito (COUCEIRO, 2002; CAVACO, 2008, 2022; PAULOS; CAVACO, 2022) ao qual está atribuído o "sentido às vivências pessoais, que ocorrem em todos os espaços e tempos" (CAVACO, 2008, p. 29).

Com foco na educação, identificamos uma parcela da população que associa a EJA uma oportunidade de concretização da educação formal básica, caracterizada por conteúdos pré-determinados (GOHN, 2014), e não pertencerem ao grupo de sujeitos analfabetos no país. O processo formativo da pessoa adulta mais velha, elucida o seu direito à educação, "na compreensão de seu estar no mundo e na tomada de decisões quanto ao futuro, percebido sem determinismo, como tempo de possibilidades históricas e mudança" (HADDAD; DI PIERRO, 2021, p. 2-3), ao estar integrado a EJA.

Paulo Freire (2015) promoveu reflexões sobre a relação de educador e educando, de como os saberes populares deveriam ser acolhidos e valorizados, histórias e vivências serem respeitadas, da existência de "uma pedagogia emancipatória na educação escolar de jovens e adultos [que] não só é possível mas também, sobretudo, necessária" (HADDAD; DI PIERRO, 2021, p. 2).

3 Metodologia

O presente estudo está pautado na abordagem qualitativa, onde há "um compromisso humanístico" (DENZIN, 2018, p. 109), em que as interações do sujeito com o meio e com o outro despertam o interesse pela investigação. É uma pesquisa

DOI 10.29327/235555.1.6-5
Sala 8 - Revista Internacional em Políticas, Currículo, Práticas e Gestão da Educação
Volume 1, Número 6, Ano: 2024 - ISSN: 2764-0337

bibliográfica, que foi realizada através das bases de dados BDTD, *Google Scholar* e Scielo.

O corpus documental é constituído pela análise da Meta 9 do Relatório do 4º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação – 2022, além de publicações acadêmicas e científicas que discutem a Educação de Jovens e Adultos relacionando-as ao Relatório supracitado, ante os grupos vulneráveis (indivíduos encarcerados no Brasil e pessoas adultas mais velhas), no período de julho de 2022 aos dias atuais, tendo por referência a publicação do Relatório do 4º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação – 2022.

Para a constituição do corpus documental supracitado foram estabelecidos como descritores de busca nas bases de dados BDTD, *Google Scholar* e Scielo; (i) em relação as pessoas presas no Brasil: "Educação de Jovens e Adultos", "Meta 9 do Plano Nacional de Educação", “Relatório do 4º Ciclo do de Monitoramento das Metas do PNE” e "Sistema Prisional Brasileiro", (ii) em relação as pessoas adultas mais velhas: "Educação de Jovens e Adultos", "Meta 9 do Plano Nacional de Educação", “Relatório do 4º Ciclo do de Monitoramento das Metas do PNE” e "Pessoa adulta mais velha".

Em um segundo momento foi estabelecido o afinamento dos critérios de inclusão da pesquisa, dos quais possibilitaram chegar aos resultados, sendo: (i) publicações em páginas em português, (ii) publicações dos anos de 2022 e 2023. Esta delimitação temporal está relacionada a publicação do Relatório do 4º Ciclo do de Monitoramento do PNE, que ocorreu em junho de 2022.

4 Análise e discussões dos dados

a) Pessoas Presas no Brasil

Como resultado da pesquisa realizada nas bases de dados BDTD, *Google Scholar e Scielo*, com foco nas pessoas presas no Brasil, chegamos ao resultado de 150 publicações, das quais 82 trabalhos foram excluídos pelo título, por não corresponderem a área da educação. Na leitura dos resumos, 66 publicações foram excluídas, por não abordarem especificamente a temática em questão, restando dois estudos (uma dissertação e um artigo científico) para leitura na íntegra, que foram devidamente compilados e analisados para compor este trabalho.

DOI 10.29327/235555.1.6-5
Sala 8 - Revista Internacional em Políticas, Currículo, Práticas e Gestão da Educação
Volume 1, Número 6, Ano: 2024 - ISSN: 2764-0337

A primeira pesquisa analisada em nossa revisão foi: “Educação de Jovens e Adultos (EJA): alfabetização e cidadania”, escrita por Sintia Fabiana Alves de Mello Câmara (2023). Esta dissertação propôs-se a investigar o significado da alfabetização de estudantes da EJA e o impacto disso na prática da cidadania. O trabalho enfatiza um papel nivelador da EJA, ressaltando sua relevância ao prover educação a uma ampla gama de grupos sociais, dentre eles, as pessoas privadas de liberdade no Brasil.

O estudo indica que várias dessas pessoas são direcionadas à EJA devido a obstáculos como repetência, abandono escolar ou lacunas na disponibilidade de educação. Embora o foco da pesquisa não esteja estritamente no sistema prisional, ele é identificado como uma população vulnerável que precisa ser considerada na formulação de políticas públicas para a erradicação do analfabetismo no Brasil.

Quanto ao Plano Nacional de Educação (PNE), a pesquisa realizou a análise com base nos dados do 3º Ciclo de Monitoramento do PNE, e não no 4º Ciclo de Monitoramento. Em comparação, não se notam discrepâncias significativas entre ambos. Os resultados mostram uma tendência estável. Ao explorar tais dados, Câmara (2023) enfatiza que os grupos dependentes das políticas de EJA enfrentam desigualdades marcantes, seja no âmbito social, econômico, educacional ou político, associando-os ainda às nuances de raça e gênero, tal qual aponta o último relatório de monitoramento.

No contexto brasileiro, ao direcionar a análise para o cenário prisional, é necessário destacar dados que indicam que 67% das pessoas presas no Brasil autodeclaram-se como negras. Esta informação assume contornos ainda mais significativos quando contrastada com indicadores demográficos de regiões de colonização predominantemente europeia, como é o caso de Santa Catarina. Especificamente neste estado, a parcela da população que se autodeclara como preta ou parda, perfaz apenas 15,72% do total. Entretanto, de forma contrastante, 36,2% dos indivíduos reclusos em instituições carcerárias catarinenses se identificam como negros (DEPEN, 2022).

Tal disparidade, longe de ser fortuita, pode ser interpretada como um reflexo residual de um Brasil marcado historicamente por estruturas imperiais escravocratas. Com a posterior transição para políticas econômicas de viés neoliberal, o país experienciou uma ampla abertura ao mercado internacional, acarretando consequente

DOI 10.29327/235555.1.6-5
Sala 8 - Revista Internacional em Políticas, Currículo, Práticas e Gestão da Educação
Volume 1, Número 6, Ano: 2024 - ISSN: 2764-0337

erosão dos direitos sociais. Esse panorama corroborou uma perspectiva que atribui ao indivíduo a primazia da responsabilidade por sua conjuntura socioeconômica, negligenciando, assim, toda uma trama histórico-estrutural que delineou sua posição social.

O aparato estatal, sob essa ótica, exime-se de suas responsabilidades, relegando esses sujeitos a uma condição de marginalização e, simultaneamente, atribuindo-lhes a culpa por adversidades que são, em essência, consequência de estruturalismos seculares de desigualdade e preconceito (WACQUANT, 2014).

O segundo trabalho analisado, intitulado "Políticas públicas para formação de professores do Sistema Prisional do Estado de Minas Gerais", trata-se de um artigo, de autoria de Roselaine de Jesus Medeiros Silva e Vera Lúcia Nogueira (2023), que se ocupa da discussão sobre as políticas públicas voltadas à formação de docentes que trabalham nas Unidades Prisionais de Minas Gerais. A análise da educação no contexto carcerário é conduzida considerando-se planos e leis estaduais, que têm como base o Plano Nacional de Educação (PNE), porém desconsidera seus dados.

A conclusão aponta que, embora o Estado de Minas Gerais possua legislações e diretrizes que contemplem diversas dimensões e propósitos para estruturar a educação em ambientes prisionais, ainda há uma considerável lacuna no que se refere a políticas específicas para a capacitação dos professores atuantes nesses contextos, deixando diversas questões em aberto (SILVA; NOGUEIRA, 2023).

A literatura referente à educação carcerária no Brasil é notadamente escassa. Quando delimitamos o foco para investigações que abordam a Meta 9 do PNE no contexto da população prisional, a raridade dessas pesquisas torna-se ainda mais evidente.

Como exemplo dessa lacuna, temos a primeira pesquisa selecionada que, apesar de abordar o contexto educacional, apenas menciona o público prisional. A segunda, por sua vez, concentra-se na formação docente dentro do ambiente carcerário, mas não realiza uma análise profunda do público-alvo desta educação. Essa evidente carência de estudos robustos e específicos sobre a temática reitera a urgente necessidade de ampliar as investigações no campo da educação carcerária e suas intersecções com as metas educacionais nacionais.

DOI 10.29327/235555.1.6-5
Sala 8 - Revista Internacional em Políticas, Currículo, Práticas e Gestão da Educação
Volume 1, Número 6, Ano: 2024 - ISSN: 2764-0337

b) Pessoas Mais Velhas

Em relação as pessoas adultas mais velhas, chegamos ao resultado de 748 trabalhos, dos quais foram excluídos 716 trabalhos pelo título, por não corresponderem a área da educação. Foram selecionadas seis publicações pelo resumo, onde de alguma forma estabelecem a relação entre a EJA e as pessoas com 60 anos de idade ou mais, e restando apenas uma dissertação para a realização da leitura integral.

A dissertação de Hilkmar Alves da Silva (2023), problematiza sobre a Educação de Jovens e Adultos no município de Tefé, estado do Amazonas, com foco na participação das mulheres nessa política pública. No enquadramento teórico a autora registra que as pessoas com 60 anos de idade ou mais representam a maior taxa de analfabetismo nacional, contextualiza sobre a EJA no Brasil, a EJA enquanto política pública, sobre as Metas 8, 9 e 10 do PNE.

De acordo com dados do IBGE (2023b) a população analfabeta com 60 anos de idade ou mais no país era de 5.171 milhões, no ano de 2022, o que representa, aproximadamente, 54% do número de pessoas com 15 anos ou mais não alfabetizadas no Brasil. Já em relação ao número de estudantes na EJA, com 40 anos de idade ou mais, 199 mil integram o ensino fundamental e 103 mil o ensino médio (IBGE, 2023c), onde estão incluídas as pessoas adultas mais velhas.

Esses números nos remetem a reflexão sobre os aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos que podem ter interferido no adiamento do ingresso na educação formal de alguns sujeitos em idade regular, como exemplo os anos de 1970, onde vigorava a ditadura no Brasil, o “auge do controle autoritário pelo Estado.” (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p. 115).

Ainda sobre a dissertação de Silva (2023), participaram na primeira etapa da pesquisa gestores, professores, estudantes e outros atores envolvidos com a EJA no município, já a segunda etapa foi realizada em uma escola estadual onde participaram nove mulheres. Dentre as nove mulheres entrevistadas, uma delas tem 60 anos de idade (identificada como idosa), e quando jovem havia estudado até a 5º série, e após 35 anos afastada, retomou os estudos e frequenta o 2º ano do ensino médio, e pretende ingressar no ensino superior.

DOI 10.29327/235555.1.6-5
Sala 8 - Revista Internacional em Políticas, Currículo, Práticas e Gestão da Educação
Volume 1, Número 6, Ano: 2024 - ISSN: 2764-0337

Essa estudante também afirma servir de motivação para os colegas mais jovens. Aqui identificamos a importância das relações intergeracionais, onde o diálogo entre sujeitos de diferentes gerações ocorre com respeito, aprendizados são compartilhados e as transformações históricas e vivenciais compartilhadas com prismas diversos (CABRAL; MACUCH, 2017; FIGUEIRÊDO; SANTIAGO, 2020; SILVA et al., 2022).

Nas considerações finais, Silva (2023) ressalta a esperança presente no percurso educativo das estudantes entrevistadas, a esperança do verbo esperançar de Paulo Freire (LIMA, 2020).

O trabalho científico aqui apresentado vem reforçar a importância do olhar para o processo formativo da pessoa adulta mais velha, da constituição de ambiente educativo na EJA que esteja atento as histórias de vida das pessoas que representam e trazem sentido a esse ambiente, bem como de que as políticas públicas venham assumir o compromisso com os diferentes grupos de estudantes, como no processo de estabelecimento de Metas que orientam o Plano Nacional de Educação.

5 Considerações Finais

Com base na literatura consultada e na análise dos dados coletados percebemos a necessidade de um planejamento aprimorado na constituição das Metas do Plano Nacional de Educação (2014-2024), especificamente em relação a Meta 9, onde a Educação de Jovens e Adultos merece ser amparada com medidas específicas.

Medidas que ampliem a percepção sobre a população com 15 anos de idade ou mais, sendo aqui pontuadas pelos grupos vulneráveis (indivíduos encarcerados e pessoas adultas mais velhas), sinalizando um passo eficaz na conquista da erradicação do analfabetismo no Brasil.

A oferta de um programa formativo adequado a cada um desses grupos salienta a importância da educação para a promoção das relações sociais e intergeracionais, amplia as perspectivas de reintegração social, como também do exercício pleno da cidadania.

Este estudo buscou não apenas diagnosticar as fragilidades existentes nas estratégias atuais, mas também sugerir caminhos para que a EJA possa cumprir efetivamente seu papel de promover a inclusão e a educação de qualidade para todos,

alinhando-se assim com as Metas estabelecidas no PNE (2014-2024), especificamente a Meta 9 do Relatório do 4º Ciclo de Monitoramento das Metas do PNE - 2022, foco central desta pesquisa.

Referências

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Relatório do 4º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação – 2022**. Brasília, DF: Inep, 2022. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/plano_nacional_de_educacao/relatorio_do_quarto_ciclo_de_monitoramento_das_metas_do_plano_nacional_de_educacao.pdf Acesso em: 18 ago. 2023.

CABRAL, M.; MACUCH, R. Solidariedade intergeracional: Perspectivas e representações. **Cinergis**, v. 18, n. 1, p. 59-68, 2017. Disponível em: https://doi.org/10.17058/cinergis.v18i1.8393 Acesso em: 17 mar. 2023.

C MARA, S. F. A. de M. Educação de Jovens e Adultos (EJA): alfabetização e cidadania. 2023. **Dissertação** (Mestrado) Universidade Católica Dom Bosco, Mato Grosso, 2023. Disponível em: https://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/1044546-sintia-camara.pdf. Acesso em: 30 set. 2023.

CAVACO, C. Políticas Públicas de Educação de Adultos em Portugal - inovações e desafios. **Educar em Revista**, vol. 38, e82009, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0104-4060.82009 Acesso em: 06 jun. 2023.

CAVACO, C. de J. D. Adultos pouco escolarizados: diversidade e interdependência de lógicas de formação. **Tese** (Doutorado em Educação) Universidade de Lisboa. Lisboa, 2008. Disponível em: http://hdl.handle.net/10451/972 Acesso em: 20 nov. 2022.

COUCEIRO, M. de L. P. O Porquê e para quê do uso das histórias de vida. In: Malpique, M. **Histórias de vida**. Porto: Campo das Letras, 2002. p. 155-160.

DAWALIBI, N. W.; ANACLETO, G. M. C.; WITTER, C.; GOULART, R. M. M.; AQUINO, R. de C. D. Envelhecimento e qualidade de vida: análise da produção científica da Scielo. **Estudos de Psicologia** (Campinas), v. 30, n. 3, p. 393-403, 2013. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0103-166X2013000300009 Acesso em: 22 mar. 2023.

DENZIN, N. K. Investigação qualitativa. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**. Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 105-119, 2018. Disponível em: http://dx.doi.org/10.21446/scg_ufrj.v13i1.14178 Acesso em: 16 nov. 2022.

DEPEN. Departamento Penitenciário Nacional. **INFOPEN – Glossário do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**. Brasília, DF, 2022. Disponível em: https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiNTVlMWI0YzQtNDNmYy00YTc5LThjOWUtN

GNiNTRlMjdkNDhhIiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9. Acesso em: 12 fev. 2023.

DI PIERRO, M. C. Cultivando a memória, o Inep reexamina periodicamente sua identidade. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 103, n. 265, p. 583-588, set./dez. 2022. Disponível em: https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.103i265.5547 Acesso em: 15 set. 2023.

Di PIERRO, M. C.; HADDAD, S.. Grundtvig e as escolas populares da Dinamarca: interlocuções com Paulo Freire e contribuições à Educação de Jovens e Adultos no Brasil. **Educar em Revista**, v. 37, p. e83403, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0104-4060.83403 Acesso em: 17 set. 2023.

DI PIERRO, M. C.. Notas sobre a redefinição da identidade e das políticas públicas de educação de jovens e adultos no Brasil. **Educação & Sociedade**, v. 26, n. 92, p. 1115–1139, out. 2005. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0101-73302005000300018 Acesso em: 18 set. 2023.

FIGUEIRÊDO, M. F. C.; SANTIAGO, Z. M. A. Experiência intergeracional com jogos numéricos: ativando a memória e o raciocínio. In: SANTIAGO, Z. M. A.; MANGUEIRA, R. T. S.; Santos, J. J. C. (orgs). **Universidade, comunidade, escola: Tecendo aprendizagens nos diálogos intergeracionais**. Chapecó: Livrologia, 2020. p. 89-103.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade** [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

GOHN, M. G. Educação Não Formal, Aprendizagens e Saberes em Processos Participativos. **Investigar em Educação: Revista da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação**, n. 1, p. 35-50, 2014. Disponível em: https://epale.ec.europa.eu/sites/default/files/gohn_2014.pdf Acesso em: 16 set. 2023.

GORZIZA, A. Anais do descalabro. Desmantelando o Brasil de Paulo Freire. Em crise, educação de jovens e adultos (EJA) tem o menor número de matrículas em dezesseis anos. **Piauí**. [on line], 28 ago. 2023. Disponível em: https://piaui.folha.uol.com.br/desmantelando-o-brasil-de-paulo-freire/ Acesso em: 29 ago. 2023.

GUIMARÃES, C. **A Educação de Jovens e Adultos é uma porta de reingresso no sistema educacional**. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2022. Disponível em: https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/entrevista/a-educacao-de-jovens-e-adultos-e-uma-porta-de-reingresso-no-sistema-educacional. Acesso em: 15 mar. 2023.

HADDAD, S.; DI PIERRO, M. C. Considerações sobre educação popular e escolarização de adultos no pensamento e na práxis de Paulo Freire. **Educação & Sociedade**, v. 42, p. e255872, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1590/ES.255872 Acesso em: 16 set. 2023.

HADDAD, S.; DI PIERRO, M. C.. Escolarização de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, p. 108–130, maio 2000. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1413-24782000000200007 Acesso em: 10 set. 2023.

IBGE. Portal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual – PNADC/A**. População residente, por sexo e grupos de idade. 2023a. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6407#resultado Acesso em: 31 ago. 2023.

IBGE. Portal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual – PNADC/A**. Pessoas de 15 anos ou mais de idade, analfabetas, por sexo e grupo de idade. 2023b. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7111#resultado Acesso em: 31 ago. 2023.

IBGE. Portal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual – PNADC/A**. Estudantes na Educação de Jovens e Adultos, por nível do curso e grupo de idade. 2023c. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7188#resultado Acesso em: 31 ago. 2023.

LIMA, L. Democracia e educação de adultos: “aprender com a própria vida”, viver e aprender democracia. In: Conselho Nacional de Educação. **Educação de adultos: ninguém pode ficar para atrás**. [Textos do Seminário realizado no Conselho Nacional de Educação em 20 de setembro de 2018]. Conselho Nacional de Educação, Lisboa, 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/344240789_Democracia_e_educacao_de_adultos_Aprender_com_a_propria_vida_viver_e_aprender_democracia Acesso em: 17 set. 2023.

LIMA, M. P. **Envelhecimento(s)**.Coleção Estudo da Arte. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.

MATUOKA, I. No Brasil de Paulo Freire, EJA segue um desafio. Centro de Referências em Educação Integral. **Reportagens**, 19 set. 2023. Disponível em: https://educacaointegral.org.br/reportagens/no-brasil-de-paulo-freire-eja-segue-um-desafio/ Acesso em: 20 set. 2023.

MERLIN, M. A. R. Os ENEJA’s como lugar de debate para EJA. **Sala 8 - Revista Internacional em Políticas, Currículo, Práticas e Gestão da Educação**, v. 1, n. 4, p. 132-146, Julho, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.29327/2283270.1.4-8 Acesso em: 26 set. 2023.

PAULOS, C.; CAVACO, C. A formação de educadores de adultos implicados no reconhecimento e validação de adquiridos experienciais. **Educação e Pesquisa**, v. 48, p. e244384, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1678-4634202248244384por Acesso em: 06 jun. 2023.

SILVA, H. A. da. A educação de jovens e adultos na rede pública de Ensino no município de Tefé/Am: um estudo de caso sobre a participação das mulheres. **Dissertação** (Mestrado em Ciências Humanas) Universidade do Estado do

Amazonas. Tefé, 2023. Disponível em: http://repositorioinstitucional.uea.edu.br//handle/riuea/4800 Acesso em: 14 set. 2023.

SILVA, M. das N.; CAVACO, C. Percepções da velhice e transição para a aposentadoria de pessoas adultas mais velhas. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 18, e21348, p. 1-18, 2023. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa> Acesso em: 20 jun. 2023.

SILVA, M. da. N.; CEROL, C.; CRUZ, L. da.; CAVACO, C.; CARVALHO, C. Ser adulto idoso em formação na contemporaneidade – as expressões artísticas como um desafio ao autoconhecimento e ao reconhecimento pessoal e social. In Cavaco, C.; Costa, F.; Marques, J.; Viana, J.; Marreiros, R.; Faria, A. R.; Dorotea, N. A Educação e os Desafios da Sociedade Contemporânea: contributos da investigação. **Atas do XXIX Colóquio da AFIRSE Portugal. 2022**. p. 22-30. Lisboa: AFIRSE Portugal e Instituto de Educação da Universidade de Lisboa. Disponível em: https://afirse.ie.ul.pt/?page_id=251 Acesso em: 23 mar. 2023.

SILVA, R. de J. M.; NOGUEIRA, V. L. Políticas públicas para formação de professores do Sistema Prisional do Estado de Minas Gerais. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 17, p. e4717025, 2023. DOI: 10.14244/198271994717. Disponível em: https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/4717. Acesso em: 30 set. 2023.

WACQUANT, L. Marginalidade, etnicidade e penalidade na cidade neoliberal: uma cartografia analítica. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ts/a/L5b6ZxLWyb9ZSnWWLg3cMnC/?lang=pt&format=pdf. Acesso em: 11 ago. 2023.

WHO. World Health Organization. **Envelhecimento ativo: Uma política de saúde**. tradução Suzana Gontijo. Brasília: Organização Pan - Americana da Saúde. 2005 Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/envelhecimento_ativo.pdf Acesso em: 15 set. 2023.

NOTA: Os autores foram responsáveis pela concepção do artigo, pela análise e interpretação dos dados, pela redação e revisão crítica do conteúdo do manuscrito e, ainda, pela aprovação da versão final publicada.

RECEBIDO: 07/02/2024 RECEIVED: 07/02/2024 RECIBIDO: 07/02/2024

APROVADO: 25/04/2024 APPROVED: 25/04/2024 APROBADO: 25/04/2024